



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 2/2013

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E TREZE. -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário a Senhora Ana Rita Lopes Inácio e segundo secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 12 de Abril de 2013, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Expediente, Informações e aprovação da Acta; -----

-----Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Três – Apreciação e votação da proposta de critérios de aplicação dos benefícios fiscais para obras de reabilitação urbana em prédios degradados; -----

-----Ponto Quatro – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2012; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Ana Rita Lopes Inácio; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----José Maria Chambel Esteves; -----
-----Ricardo Manuel Ramalhete Honório; -----
-----Adriano da Fonseca Figueiredo; -----
-----Inocêncio Rodrigues Cruz; -----
-----Adriano Milho Cordeiro; -----
-----António Maria Constantino; -----
-----José Manuel Godinho Coelho; -----
-----Nuno Filipe da Fonseca Gameiro; -----
-----Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----
-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----
-----Anabela da Conceição Quintanilha; -----
-----Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----
-----Eduardo Cristovão Gil de Oliveira; -----
-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----
-----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----
-----Maria José Brito Alves Martinho. -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins e Fernando Santos Freire. Tendo assistido, ainda, o Senhor Vereador em regime de não permanência Manuel de Oliveira e a Vereadora Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

----- **De seguida tomou posse a Senhora Deputada Municipal Anabela Quintanilha substituindo o Senhor Deputado Municipal António Pereira que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PSD. -----**

O Senhor Deputado João Filipe Ricardo solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal do qual foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista da CDU, a Senhora Deputada Maria José Brito Alves Martinho. -----

Tomou ainda posse o Secretário da Junta de Freguesia da Praia do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ribatejo, Senhor José Manuel Godinho Coelho substituindo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, Manuel João da Silva que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal. -----

----- ACTA -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 1, da reunião de 22 de Fevereiro de 2013, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

-----Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº 1/2013 da reunião realizada a 22 de Fevereiro de 2013. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 5 abstenções dos Senhores Deputados Anabela Quintanilha do PPD/PSD.CDS-PP, Carlos Miguel Timóteo Pires e Maria José Brito Alves Martinho da CDU e Ana Rita Lopes Inácio e José Manuel Godinho Coelho do PS; -----

----- EXPEDIENTE -----

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

-----/-----

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados que apresentaram as seguintes declarações: -----

= O Senhor Deputado **Ricardo Honório** apresentou uma declaração política sobre o 25 de Abril; **(vide anexo 2)** -----

= A Senhora Deputada **Maria José Brito** apresentou uma declaração política sobre o 25 de Abril; **(vide anexo 3)** -----

= A Senhora Deputada **Anabela Quintanilha** apresentou uma declaração política sobre o 25 de Abril”; **(vide anexo 4)** -----

-----/-----

Pelas vinte e uma horas compareceu na sessão da Assembleia Municipal o Senhor Deputado Municipal Nuno Gameiro; -----

-----/-----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou o seguinte: “Têm em vossa posse uma declaração que certamente já leram. Foi uma decisão que tive de tomar e do qual preciso da vossa ratificação para ela ser válida. Esta operação tem a ver com a intervenção no edifício da escola primária de Vila Nova da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barquinha e com a sua integração numa candidatura à acção 3.2.1. – conservação e valorização do património rural do PRODER.” – **(vide anexo 5) Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a sua ratificação, da qual foi aprovada por unanimidade.** -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para a intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados Assembleia Municipal: -----

= Intervenção do Senhor Deputado José Chambel – “Boa noite a todos. Já ouvi nesta Assembleia alguém dizer que a Câmara da Barquinha estava em falência técnica, agora alguém diz por aí, que a dívida da Câmara é de quinze milhões de euros. Segundo os documentos que a Câmara nos fornece os valores são substancialmente inferiores, atrevo-me até dizer que muitas Câmaras gostariam de estar na situação financeira da Barquinha, com obra feita. Mas como só a verdade é libertadora agradeço ao Senhor Presidente da Câmara que me informasse, qual a verdadeira dívida da Câmara para que assim se acabe com as especulações.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – “Boa noite a todos. Queria começar por saudar os discursos que foram feitos à data do 25 de Abril, mas queria também dizer umas breves palavras acerca do 25 de Abril. Um dos delegados da revolução foi sem dúvida o texto constitucional que actualmente conhecemos. O texto constitucional reflete as aspirações e as expectativas de um povo que durante quarenta e oito anos esteve sob o jogo de uma ditadura pesada, conservadora, retrograda e facista. É incompreensível mas simultaneamente revelador que o texto constitucional, um elemento fundamental da democracia do Portugal democrático seja repetidamente alvo dos ataques do governo por via da apresentação da política orçamental. Pego nas palavras do Senhor Presidente do Tribunal Constitucional, não deve ser a constituição que se deve adaptar à política orçamental mas sim a política orçamental é que se deve adaptar à constituição, para fraseando eu diria que se os seus proponentes não o fizerem devem ser convidados democraticamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a abdicar do seu lugar e a dá-lo a quem realmente a compreenda. Estamos também a menos de uma semana da comemoração do 1º de Maio, uma saudação desde já para aqueles que vão sair à rua para o comemorar certos de que esta luta cada vez mais permente entre trabalho e capital sairão vencedores os primeiros e então digo, viva o 25 de Abril, viva o 1º de Maio. Passando ao período antes da ordem do dia, questionou o Senhor Presidente acerca da Loja Social, como é que estão a correr as coisas, como é que é feita a monotorização da atividade, se todas as valências estão em funcionamento, uma vez que toda a informação que consta na informação escrita não é muito relevante e substancial, sabendo nós que vivemos numa fase e num período em que as questões sociais estão na ordem do dia. -----

Em relação à Etar das Limeiras, temos alguma informação de que há queixas da população em relação aos maus cheiros naquela zona devido ao mau funcionamento da Etar. O que é que o Senhor Presidente tem para nos dizer acerca disto? -----

Segundo informação que dispomos vai surgir uma barragem de sete kilometros a adjudante da Barragem de Castelo de Bode. Quais são os impatos prováveis que possam ter no concelho de Vila Nova da Barquinha. -----

Quarta questão, também com implicações no concelho, é uma notícia que eu li a pouco menos de duas horas e penso que o Senhor Presidente terá informação privilegiada acerca do assunto, se não tiver informação privilegiada certamente terá um conhecimento que nós não temos. Prepara-se para remar a Maфра a Escola Prática de Engenharia que vai deixar o Polígono de Tancos. Qual será o previsível impato, e o que é que nós podemos esperar. Em termos simbólicos tem um poder muito forte o abandono das forças militares do nosso concelho. -----

Por último, quantos números do Barquinha Viva estão previstos daqui até a Outubro, e qual é a provável saída da última edição.” -----

= Senhor **Presidente da Assembleia** – “Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Inocêncio, quero dizer que acabou de dar entrada na mesa uma proposta sobre a Televisão Digital Terrestre que será depois lida.”-----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “Boa noite a todos.Quero felicitar as intervenções sobre o 25 de Abril, das três bancadas, cada uma com a sua perspectiva. Mas, falar de Abril é falar de um Portugal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

amordaçado, de setenta e quatro, onde a miséria era real e não fixação, onde a guerra ceifava muitas vidas, como mutilava outras tantas, não devemos branquear Abril, não devemos branquear os seus ideais, devemos mantê-los vivos, os ideais da liberdade, paz, do pão, da habitação. Diz o poeta só há liberdade a sério quando houver liberdade de mudar e decidir. Para honrarmos o nosso passado de liberdade, para deixar aos jovens vindores o valor da liberdade, o valor da democracia. Estarei e direi sempre viva o 25 de Abril, direi sempre 25 de Abril sempre. Não posso compactuar com branqueamentos, com ataques corporativistas só porque não são de acordo connosco vamos atacá-los. Não gostei do vosso ataque ao juiz do Tribunal Constitucional, às reformas, porque a nossa presidente da Assembleia da República foi reformada aos quarenta anos com dez anos de juiz, não é bom. A culpa não é dela, é das instituições, mas é de instituições que nós criamos, foi dentro da nossa liberdade, foi dentro do nosso espaço, dentro daquilo que nós quisemos. Só porque não estão de acordo connosco não devemos atacá-los, acho que não é bom, não é sério, não é democrático. 25 de Abril sempre.” -

= Intervenção do Senhor Deputado Valter Caldeira – “Antes de mais queria agradecer o envio, que finalmente, me foi facilitado, do estudo da rede de transportes. Eu estive a observá-lo e queria deixar aqui algumas dúvidas em relação ao mesmo. O parecer que é dado no relatório de vinte e um de Setembro de dois mil e doze, entretanto é possível que se tenha rectificado algumas situações. As minhas dúvidas são a confirmação que o custo da rede de transportes, do primeiro CEB e Pré-Escolar, será de vinte mil quinhentos e vinte euros, logicamente que não está aqui contemplado o valor dos motoristas e assistentes operacionais porque são pessoas que fazem parte do quadro de pessoal, falta esse valor para poder fazer uma observação mais cuidada. A questão da manutenção entendo que em dois mil e doze houve uma baixa considerável de dez mil euros para três mil euros. Em relação aos quadros seis e sete qual é o custo da rede de transportes que eu deduzi que é a única que é feita pela entidade Rodoviária do Tejo, para eu poder concluir a minha relexão.” -----

Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – “Boa noite. A minha intervenção tem a ver com a proposta apresentada.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia leu a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Gameiro. – **(anexo 6)** -----

Posta a aprovação a sua admissão está foi aprovada por unanimidade.-----

Para se pronunciar sobre a proposta inscreveu-se o Senhor Deputado José Coelho: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado José Coelho** – “Boa noite a todos. Como se está a fazer uma proposta desta natureza não sei se era possível acrescentar uma situação que nas Limeiras é muito complicada. Além do serviço de TDT temos também a prestação de serviços pela PT, a internet. Temos uma rede de telefones muito antiga pagamos muito caro o serviço da internet e estamos muito mal servidos. Está sempre a cair, queixamo-nos ao serviço da PT e até hoje nada foi feito. Se fosse possível acrescentar essa parte seria bom.” -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que são assuntos diferentes mas quem fez a proposta é que tem de se pronunciar. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro** – “Eu também partilho da opinião do Senhor Presidente da Assembleia. Estou inteiramente de acordo, subscrevo a intervenção do Senhor Deputado mas parece-me que devíamos separar os assuntos, votar esta proposta com as necessárias a fazer e ficar definida uma proposta em que a própria Assembleia pediria explicações à Portugal Telecom e o que pretende fazer em relação ao melhoramento.” -----

Tendo sido colocada à votação a referida proposta, esta foi aprovada por maioria com 2 abstenções dos Senhores Deputados Carlos Timóteo e Maria José Brito da CDU e 18 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Quintanilha, Paulo Tavares e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e Rui Picciochi, João Gralha, Rita Inácio, Paulo Constantino, Inocêncio Cruz, Ricardo Honório, José Chambel, Adriano Figueiredo, Adriano Milho Cordeiro, Manuel Cardoso, José Coelho, Nuno Gameiro, António Constantino e Paulo Lopes do PS. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “Boa noite a todos os presentes. Vocalizar algo sobre o 25 de Abril. Estive com atenção aos discursos frisados, quer pela bancada do partido socialista, quer pelo partido comunista e fiquei impressionado porque 25 de Abril foi necessário, o 25 de Abril existiu, algo se modificou mas só o que está mal foi o que os partidos da direita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concretizaram, nomeadamente no discurso do partido socialista. Nos dois últimos anos é que foi o descalabro, ignorou-se os completos quinze anos de governação socialista. A esquerda sem dúvida tem coisas boas e coisas menos boas mas acontece que os partidos de esquerda que governam determinados países fazem com que a sua população fuja para os países de direita onde o capitalismo impera e os partidos capitalistas de direita que governam determinados países geram pessoas ricas que fogem para os países governados por ideologias de esquerda. Dizia-me a poucos dias uma amiga minha, militante activa do bloco de esquerda, que os dogmas do partido dela são aplicados no norte da europa. Fiz uma pesquisa e efectivamente no norte da europa a esquerda tem governado muito pouco, mas para ela a area social bem aplicada era o norte da europa. Temos aqui um paradigma, os partidos da direita têm uma area social que a esquerda diz que é sua e os homens ricos estão nos países de direita e estão a fugir para os países de esquerda. Isto da esquerda, da direita, do capitalismo e da area social tem muito que se diga, nós podemos apreçoar muita coisa o problema é que quando lá estão a justiça social tem que se fazer com verdade e isso às vezes não acontece. -----
Outra situação, foi falado aqui na revista que a Câmara compra e financia e quero perguntar também se os painéis publicitários que a Câmara tem junto à rotunda perto dos bombeiros se vão servir para o partido socialista fazer publicidade quando forem as eleições autárquicas. -----
Quantas pessoas é que usufruem da tarifa familiar da água, e quantos beneficiários é que existem no cartão Municipal do Idoso e quais os seus beneficios neste momento.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado José Coelho** – “Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se era possível vermos no projecto da Boucinha implantado um ginásio bio-saudável e fazer-se um pouco mais do que está no projeto. -----
Em relação à Ponte da Praia do Ribatejo, tive conhecimento que ainda havia alguns incumprimentos de pagamento para com a Câmara de Constância. Esta têm andado a fazer algumas assembleias e a dizer que a Câmara está devedora e atrasada nos pagamentos. -----
Relativamente ao Centro Náutico que foi construído na Freguesia da Praia do Ribatejo e outro Centro Náutico aqui em Vila Nova da Barquinha que neste momento estão um pouco parados ou parados mesmo, devia criar-se um clube



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naútico, para criar uma canoagem entre os dois concelhos para dar desenvolvimento entre os dois centros. -----

Gostava de saber se a Barquinha é parceira no projeto chamado rota do Zêzere, um projeto com percursos pedestres, ciclovias, canoagem e se nesse projeto a Câmara estiver inserida, será que há possibilidade de fazer o restauro das escadinhas em frente a Constância, porque a Junta tem feito a limpeza destas escadinhas todos os anos mas depois está vedada e não há acesso para se deslocarem para junto da água. -----

Em relação à Etar da Praia do Ribatejo gostava de saber se a Câmara já fez com as Águas do Centro alguma inovação em relação ao local onde está para ser construída, porque agora tivemos a Assembleia de Freguesia onde foi votado contra o local da construção dessa Etar, visto que há um projeto para uma construção nesse local.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do Seguinte: -----

= **Dívida da Câmara** - “Em relação à primeira questão ninguém gosta que sejam referidos números que não são reais relativamente à dívida da Câmara Municipal. Nos últimos tempos saiu na comunicação social algumas entrevistas números que pela dimensão do erro e pela diferença são formas abusivas, uma coisa é falar-se num milhão de euros, outra coisa é falar de quinze milhões de euros quando já na última assembleia tinha referido que tendo eu definido como objectivo mínimo a descida da dívida em dois mil e doze de quatro milhões de euros, referi já em Fevereiro que esse montante seguramente seria superior aos cinco milhões de euros e poderão ver que na aprovação das contas chegou quase aos seis milhões. Neste momento a dívida, a trinta e um de Dezembro era exigível ao Município, a dívida tem dois componentes, a dívida a médio e longo prazo e a dívida a curto prazo. A dívida da Câmara neste momento é de seis vírgula um milhões de euros. Há aqui questões contabilísticas e se quiser de forma demagógica falar-se em passivos tal como eles são definidos no âmbito do Pocal, é que sempre que a Câmara Municipal receber uma comparticipação comunitária ela entra nos acréscimos e deferimentos o que não quer dizer que seja uma dívida do Município. O passivo tem a ver com a forma como a entidade se financia, não é dívida exigível, são coisas completamente distintas. Resumindo e concluindo a trinta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e um de Dezembro de dois mil e doze a dívida exigível é de seis milhões cento e dezassete mil, quatrocentos e trinta e nove euros e trinta e um cêntimos. Se em vez do Pocal estivessemos no âmbito do sistema de normalização contabilístico os acréscimos de custos e proveitos deferidos não apareciam no passivo, mas sim no ativo. Dizer que a Câmara tem dezoito milhões de dívida deveriam dizer vinte e oito milhões de tesouraria, que também não temos, é o ativo. -----

= **Loja Social** – Este não é um projeto da Câmara Municipal, é um projeto de parceiros e IPSS do concelho de Vila Nova da Barquinha que tem tido um grande envolvimento de todos, da qual a Câmara tem feito todos os esforços para que ela possa responder da melhor maneira. A Câmara atribuiu um subsidio no final do ano e fez um conjunto de melhorias nomeadamente a criação de um balneário, está em fase de desenvolvimento do qual a Câmara não quis assumir como um projeto seu, é um projeto do concelho, é um projeto de diversos parceiros ao qual a Câmara tudo fará para que não lhe faltem as condições para o seu funcionamento. -----

= **Etar das Limeiras** – Em relação à Etar das Limeiras deve ser engano pois não há nenhuma em funcionamento nas Limeiras, o que há são fossas individuais e já criamos um incentivo para que essa limpeza seja feita com alguma regularidade e no contexto atual não há nenhuma previsão de investimento considerando que ia exigir toda uma rede em baixa que iriam ser valores exorbitantes para a Câmara. -----

= **Barragem do Zêzere** – A Câmara Municipal não tem informação nenhuma, somos conhecedores que foi feito um conjunto de sondagens mas não temos qualquer informação sobre este assunto. -----

= **Escola Prática de Engenharia** – A Câmara Municipal tem acompanhado toda a evolução e tudo aquilo que se está a produzir em termos de alterações no exército e inclusivamente fomos um dos intervenientes mais ativos da posição que foi tomada no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio tejo, sendo certo que no nosso caso específico a alteração não tem impactos generativos, antes pelo contrário a informação que disponho é de que muito provavelmente haverá em Tancos um reforço quer dos meios humanos quer dos meios militares no âmbito da engenharia. Há um projeto que está em curso e em concretização em que se prevê que até ao final do ano esteja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concretizado uma escola de armas que reúne em Mafra um conjunto de valências do exército de armas, mas, quando isso acontecer relativamente à passagem da Escola Prática de Engenharia para Mafra dar-se-á também a transferência do Regimento de Engenharia nº1, da Pontinha. Em termos dos meios militares tem mais significado que a Escola Prática de Engenharia. -----

= **Boletim Barquinha Viva** – Lamentavelmente estamos bastantes atrasados, no ano de dois mil e doze tivemos um período em que não estávamos a cumprir os limites de endividamento, como poderão ver na aprovação das contas e neste momento estamos em condições de retomar a revista e se é essa a preocupação tudo faremos para retomar a sua publicação. -----

= **Estudos dos Transportes** – Não temos agora condições para responder a essas perguntas mas estão registadas e brevemente dar-lhe-é-mos a resposta às variações situações que colocou. O mesmo acontece em relação ao **cartão do idoso** e da **tarifa familiar**. -----

= **Outdoors** – Em relação à acusação que aqui é feita convém que sejamos precisos porque a acontecer alguma coisa foi contrário, pois nunca houve nenhum painel da Câmara Municipal que tenha sido utilizado por um partido político. O que pode e foi o que aconteceu é que o partido político colocou um painel e só retirou uma parte, não retirou a outra e a Câmara Municipal em vez de estar a fazer buracos e a retirar tudo aquilo utilizou uma estrutura que neste momento é da Câmara Municipal. A Câmara Municipal é proprietária de dois outdoors de oito por três junto à rotunda e detetamos que o custo de benefício da forma de comunicação com os Municípios é bastante eficaz, é uma forma muito eficaz de comunicação que é uma das áreas onde temos algumas carências, ou seja, é uma forma privilegiada de darmos conta das nossas iniciativas. Nunca aconteceu aquilo que o Senhor Deputado Paulo Tavares referiu. -----

= **Empreitada da Boucinha** – É uma empreitada que está adjudicada e em curso e muito possivelmente no âmbito da empreitada não vai ser possível fazer esse acrescento em termos de equipamento mas pode e deve ser analisada uma vez finda e feita a receção provisória da intervenção se ser analisada a colocação de alguns elementos de ginásio ao ar livre. -----

= **Ponte da Praia do Ribatejo** – É uma ponte ferro-rodoviária, penso que sobre isto não há qualquer dúvida. A relação com a Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constância houve de fato alguns atrasos durante o ano de dois mil e doze, foi feito um acordo de pagamento que está regularizado e está a ser cumprido. ---

= **Centros Náuticos Barquinha e Constância** – A Câmara tomou deliberações recentes. No âmbito da Sociedade Parque Almourol nós entendemos que esta cumpriu os seus objetivos e nos propocionou um grande aproveitamento de fundos comunitários no âmbito da ação Vale Tejo, mas, neste momento e contexto actual pouco sentido faz e os sócios decidiram iniciar os procedimentos para a sua extinção. O Município de Vila Nova da Barquinha considerou todos os incumprimentos o mesmo fez o Município de Constância, esta a cessar os contratos entre o Parque Almourol e o Concessionário e inclusivamente fizemos também cessar o contrato de comodato entre a Câmara Municipal e a Sociedade Parque Almourol, o que quer dizer, que muito possivelmente, na próxima assembleia de Junho a Câmara pretenderá estar na posse deste centro náutico e mantendo o contrato com a Câmara de Constância colocar ao serviço não só da actividade náutica mas também ao serviço turismo ativos, do desporto aventura. -----

= **Rota do Zêzere** – A Câmara não está neste projecto, em termos de percursos ribeirinhos a prioridade está em primeiro lugar no Tejo, infelizmente não foi ainda possível concretizar esse investimento. Em relação às escadinhas estão podem e devem ser intervencionadas no âmbito do projeto dos percursos ribeirinhos entre o Castelo de Almourol e o Centro Náutico de Constância. Enquanto isso não for feito e não se prevê num futuro próximo venha a ser feito. Já houve duas reuniões com a Câmara Municipal de Constância para a possibilidade de haver uma parceria, dado que aquelas escadinhas também têm uma importância simbólica para a Câmara de Constância, de reparar parte das escadinhas que não tem condições de segurança. -----

= **Etar da Praia do Ribatejo** – O Senhor Presidente da Junta esteve já ca Câmara numa reunião e foi explicado qual a razão da localização. O promotor turístico mais próximo da localização da Etar conhece também esta localização, compreendeu a sua localização, sendo certo, que fica melhor onde está prevista do que onde está a estação elevatória da Praia do Ribatejo;” -----

O Senhor Deputado paulo Tavares solicitou ao Senhor Presidente da Assmbelia para intervir em defesa da honra. Dada a palavra referiu o seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “O Senhor Presidente da Câmara afirmou que eu fiz uma acusação relativamente aos painéis da rotunda junto aos bombeiros e quer dizer que não fiz acusação nenhuma, há um fato que se constata. Há ali dois painéis publicitários que a Câmara diz que são seus e fiz apenas uma pergunta, se de futuro esses dois publicitários que a Câmara diz que são seus, vão servir para publicidade do partido socialista. Porque o Senhor Presidente frisou que eram painéis de uma empresa de publicidade que trabalhou para o partido e os deixou lá e a Câmara diz que agora são seus. Eu pergunto: esses painéis vão deixar de ser seus agora quando houver campanha política e começam a ser da empresa novamente. Também já frisei que o painel que lá está do partido comunista está no meio do passeio, uma cadeira de rodas não passa lá.” -----

-Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: ---
“Ao contrário daquilo que é referido pelo Senhor Paulo Tavares nunca nenhum painel da Câmara Municipal foi utilizado por qualquer partido, por isso não pode dizer tal como aconteceu a quatro ou oito anos.”-----

----- ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----

----- Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para se pronunciar inscreveram-se os Senhores Múncipes João Afonso e Carlos Dias; -----

Múncipe João Afonso – “Eu já fiz uma reclamação à Câmara por várias vezes, uma no livro de reclamação no dia um de Junho de dois mil e doze e não obtive resposta, é de lamentar. A razão é a seguinte: O Senhor Luís Horta fez uma obra ilegal atrás da minha casa sem licença e foi fazer uma obra em cima do meu muro e a própria Câmara disse que ia legalizar a obra. Ora, como é que posso fazer um anexo ilegal sem licença e ainda em cima do meu muro, a Câmara não ligar. Fez uma chaminé em frente à minha casa de banho que havia de subir acima do meu telhado e a Câmara não ligou. Já reclamei várias vezes. Temos o caso do Senhor Almaça que fez um muro sem licença e a Câmara não atuou. Junto à casa do Senhor Lourenço, o Senhor Luís Horta foi fazer um anexo junto a sua marquise, o que é uma vergonha. O que eu quero saber é que reclamei à Câmara e esta não liga nada. Eu não posso aceitar que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Senhor Horta faça tudo o que quer por ter um genro que é fiscal na Câmara do Entroncamento, admite-se fazer uma obra ilegal em cima do meu muro, agora eu quero fazer levantar o muro e não posso. Eu quero que a Câmara me resolva o problema porque a Câmara não devia legalizar uma obra que era ilegal e mais acima do meu muro. Reclamei e a Câmara não me deu resposta. Há um apadrinhamento com o Senhor Luís Horta, pois faz obras ilegais e a Câmara não atua. A arquiteta diz que fiz uma obra ilegal, quando foi o Senhor João Monteiro que a fez através do fundo fomento habitação. Eu peço a esta Assembleia Municipal que veja esta situação pois não posso admitir um senhor fazer uma obra sem licença e depois legalizar a obra e a Câmara nada fazer.” -----

O Município Carlos Dias leu uma intervenção sobre o 25 de Abril e outros assuntos. (vide anexo 7) -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Municípios do seguinte: -----

“Primeiro em relação ao Senhor João Afonso dizer que não fez uma reclamação mas sim muitas reclamações e ainda a cerca de um mês lhe respondi por ofício a uma das reclamações. Relativamente aos fatos que foram mencionados em relação ao Senhor Luís Horta informo que foi feita uma contra ordenação, que resultou numa condenação com a aplicação de uma coima, coima essa que foi liquidada. Posteriormente o Senhor Luís Horta procedeu ao licenciamento do que não estava licenciado. Em relação ao Senhor Almaça foi feito uma série de procedimentos e neste momento está no Ministério Público por desobediência e por incumprimento, portanto não é verdade que a Câmara nada tem feito. É evidente que quando entramos no letígio como o que está em causa que são a ocupação de cinco centímetros de um muro nós já estamos a um nível que deve ser resolvido pelos tribunais e não pela Câmara Municipal. Relativamente à intervenção do Senhor Carlos Dias fez um bom número mas se passado alguns dias foi-lhe dada cópia de todos os documentos, a questão é que se não respondi é porque não há mais evolução do caso. Informo que a empreitada do posto de turismo está a correr muito bem, a refuncionalização do Centro Cultural e a obra estará terminada em Maio e tudo faremos para que este processo seja inovadora e possa dar a concessão a uma empresa privada. Portanto, não “há gato escondido com rabo de fora” e se o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carlos Dias quiser deslocar-se à Câmara Municipal ser-lhe-ão facultados todos os documentos.” -----

-----//---

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs aos Senhores Deputados um intervalo, o que se fez pelo período de 10 minutos. -----

-----//---

Ponto Dois – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 8)** -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Ricardo Honório** – “Ao analisar os documentos da informação escrita deparei-me aqui com a informação das Águas do Centro onde há um aumento de sete por cento no custo da água e que este aumento tinha efeito a partir de Janeiro. Também reparei que a Câmara reagiu a esse ponto. Gostaria de fazer uma proposta que a Câmara analisasse juridicamente esta situação dos efeitos a partir de Janeiro porque se nós estamos a aprovar uma coisa agora e vem com retroativos, qualquer dia chegamos a Dezembro e vem pedir retroativos em Janeiro. Também gostava de propôr uma votação de apoio a esta reacção da Câmara, para aumentar a força perante as Águas do Centro.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo** – “A minha intervenção vem no mesmo sentido e gostava de saber quais foram os motivos apresentados pela empresa Águas do Centro para fazer este aumento ainda por cima com efeitos retroativos a janeiro deste ano e o que é que se pode prever em termos de contratos celebrados com a empresa para precaver situações futuras, uma vez que parece que as posições univocas deles são para manter.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado José Coelho** – “No que respeita a trabalhos diversos falou-se da colocação de bancos na Praia do Ribatejo, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que os membros da assembleia fiquem a saber é que estes bancos foram comprados pela Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo. -----

Em relação ao arranjo de jardins a Junta de Freguesia já pediu algumas vezes a Câmara para que fosse arranjado o sistema de rega do jardim na rua 25 de Abril, nas Limeiras, mas até hoje esse trabalho não foi feito. -----

Está também mencionado na informação escrita valetas na Rua do Outeiro, mas nesta rua não foram executadas nenhuma valetas.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Boa noite a todos. Começaria por demonstrar o meu desagrado porque ontem as vinte e duas horas consultei o site da Câmara e actas da Câmara que gostaria de ler para saber o que se tem tratado estava apenas colocada uma. Hoje às dezanove e trinta cinco horas foi colocada a ata número dois e três. Estão a ver o atraso que volta a acontecer com as atas e não podemos acompanhar tal como nos compete como fiscalização da atividade da Câmara, a atividade da mesma. -----

Em relação à água gostava de saber qual é a percentagem de perdas hoje em dia. Outra questão, que criou algum pânico foi a colocação de avisos nalguns fontenários dizendo que a água não estava controlada, a mesma água que abastece as populações na canalização normal. -----

Também não podia deixar de referir a situação das piscinas, pois consta que umas das piscinas tem mais uma deficiência e muitas pessoas reclamaram porque as piscinas encerram sem antecipadamente as pessoas que a frequenta serem avisadas. As pessoas no início de Dezembro pagaram o mês e depois não têm durante oito ou dez dias piscina, o mesmo aconteceu na Páscoa, acho que isto não está correcto. -----

Foi muito badalado aqui e isso o Presidente perdeu algum tempo a esclarecer o problema da dívida, eu acho engraçado porque já todos tínhamos entendido como era. O Senhor Presidente disse à pouco que a dívida em trinta e um de Dezembro era de seis milhões e pouco, não contando os passivos. Pergunto em trinta e um de Dezembro era esse valor e hoje a dezanove de Abril são os sete milhões que estão aqui, a dívida aumento um milhão e pouco nestes dois meses? -----

Também não queria deixar passar um pedido que fazia a Câmara é se tapava os buracões da estrada que liga a Roda a Tancos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação à dívida só queria dizer, é que continua a preocupar-me a dívida contrariamente a várias opiniões que parecem existir e preocupa-me na medida em que este período em que nós vivemos vai-se prolongar, não tenham dúvidas independentemente de tudo o que nós gostaríamos e eu lamento que assim seja. A necessidade de cuidado com a dívida tem de ser permanente porque eu não esqueço que quando o Senhor Presidente tomou posse, em que a dívida era cerca de trezentos mil contos e nessa altura já o Senhor Presidente dizia que a situação era muito má. -----

Também gostava de saber qual o ponto de situação do plano estratégico pois tudo aparece em cima do acontecimento, tal como a candidatura, que aprovei, assim como qual o ponto de situação do PDM, que onze anos depois continuamos sem atualizar o mesmo.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal – “A minha intervenção tem a ver com a informação das Águas do Centro que é algo que me preocupa e lamentando esta situação. Esta decisão dos sete por cento, é proveniente de um Decreto Lei, o que é para mim extremamente grave, pois não se trata de uma entidade comercial que decidiu, mas sim o governo que mandou cobrar com efeitos retroativos a Janeiro. Isto é um princípio que não se pode admitir em parte nenhuma, um cidadão tem que saber aquilo que deve. Senhor Presidente eu gostava que tomasse atenção a esta situação porque penso que este assunto deve ter tratamento jurídico, pois considero que a retroactividade é um princípio que na minha perspectiva é inadmissível.”

O Senhor Deputado Inocêncio Cruz solicitou um esclarecimento à mesa:

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Quando é que saiu esse Decreto Lei?” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** respondeu que foi a relativamente pouco tempo daí ter originado a informação levada à Assembleia Municipal. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

= Águas do Centro - “Relativamente à questão das Águas do Centro a Assembleia Municipal tem por escrito a posição que foi tomada em reunião de Câmara (**vide anexo 9**) sobre o assunto e nós consideramos completamente desajustado no contexto atual um aumento com esta dimensão que não foi por Decreto Lei mas sim por despacho da Senhora Ministra e após passar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

juntar junto da Entidade Reguladora (ERSAR). É evidente que as entidades reguladoras têm solicitado sempre aumentos muito superiores aqueles que se tem concretizado, desta feita e apesar do contexto que todos conhecemos, as dificuldades que todos sabemos, foi aprovado a cem por cento e com este o pormenor de ter efeitos retroativos a Janeiro, o que é completamente inexplicável. Não excluimos e se for esse o vosso entendimento de solicitar assessoria jurídica para que possa ser analisada a possibilidade de ser posta uma ação relativamente a esta situação. Os motivos é uma das razões da nossa tomada de posição que é que há uma quase total ausência de fundamentação quer para o aumento quer para o carácter retroativo do mesmo, uma decisão que é tomada em Março tem efeitos em Janeiro que nos parece muito desajustado e sem a fundamentação que uma medida excecional destas obrigatoriamente deveria ter. -----

= **Praia do Ribatejo** - Confirma-se que o que foi efectuado foi a colocação de bancos não a aquisição. A Rua do Outeiro refer-se a trabalhos realizados em dois mil e doze e não os trabalhos realizados nos últimos três meses. -----

= **Atas da Câmara** - Há neste momento algum atraso na própria aprovação pela Câmara Municipal, tivemos duas situações de ausência de funcionários ligados a esta área e que trouxe problemas em termos deste trabalho. Hoje mesmo aprovamos mais uma ata das atrasadas e houve ainda outra que necessita de uma retificação que não foi hoje aprovada e será na próxima reunião, daí o atraso. -----

= **Perdas de água** - A percentagem que vou dar ao Senhor Deputado Eduardo relativamente às perdas é de vinte e três virgula nove por cento com a referência que estão aqui perdas e água não faturada, ou seja, também os consumos municipais ou rega. O conjunto das perdas com água não faturada, até porque nós não conseguimos contabilizar a totalidade da água que não é faturada. O que quer dizer que as perdas são inferiores a vinte por cento o que está entre os parâmetros das boas redes de água. É evidente que ao longo destes anos têm-se feito investimentos muito significativos nesta área daí podermos apresentar esta percentagem. -----

= **Fontanários** - É uma situação que se deve sobretudo a aprovação do plano de controlo da qualidade da água que nós temos de submeter anualmente à entidade reguladora (ERSAR) que não permitiu ao Municípios que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fontanários fizessem parte desse plano de controlo da qualidade da água. Daí o nosso dever de informação de que a água não é controlada. -----

= **Piscinas** – Em relação ao calendário não houve nenhuma mudança significativa daquilo que tem sido a generalidade dos anos. A piscina neste momento tem dos valores mais baixos em toda a região e é evidente que é um pagamento mensal. Sempre em Dezembro houve uma paragem assim como na Páscoa e portanto não há diferenças relativamente à aquilo que em anos anteriores tem sido feito. Há de fato algumas deficiências que felizmente a maior parte são da utilização muito intensiva e todos reconhecem que apesar da crise que atravessamos, a quantidade de utilizadores que temos nas nossas piscinas é significativo e também de alguma forma corresponde a uma qualidade de serviço que temos tentado manter. -----

= **Dívida** – Espero que não tenha havido dúvidas que a dívida da Câmara a trinta e um de Dezembro é seis milhões virgula um. Em relação ao comentário do Senhor Eduardo acerca da dívida ter aumentado em três meses um milhão, esse valor também tem de ser conjugado com o valor em caixa nesse momento que seria um valor próximo de um milhão, se vir o balancete do dia a que corresponde esses quadros viria que nesse dia de novecentos e tal mil euros. De fato não houve nenhum aumento da dívida e a dívida a trinta e um de Dezembro de dois mil e doze é inferior à dívida a trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco. Nós voltamos aos valores de do ano de dois mil e quatro em termos nominais sem contar com a inflação. Fizesse o estado a recuperação da dívida que o Município fez, estaria o país de fato muito bem. -----

= **Estrada da Roda** – Há um caso que não está nas melhores condições do qual reconhecemos, que é o caminho entre a Roda e Tancos, fazemos alguma limpeza e recuperação mas não tem sido suficiente considerando o estado actual da via. -----

= **Planos Municipais** – É evidente que continua a haver trabalho municipal, os planos não dependem apenas, infelizmente, da atividade do Município ou dos seus consultores, dependem de entidades externas e o que vivemos com o plano director municipal é algo que vive a generalidade dos Municípios e Municípios como o nosso com áreas ribeirinhas com um peso importante de reserva ecológica tem estes problemas de demora em termos dos planos e muito gostaríamos que assim não fosse. Este não é um processo exclusivo da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara mas sim da CCDR Lisboa e Vale do Tejo, sendo certo que neste momento nos relacionamos em termos estratégicos e de investimento com a CCDR Centro e mediante o assunto que seja estamos em regiões diferentes e não ajuda nada em termos territorialmente que tem de resolver os assuntos.”--

Dada a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – “constatei o que foi frisado ultimamente, noto uma grande preocupação da Câmara Municipal e constato que fizeram trabalho de casa, porque os membros do partido socialista trouxeram à Assembleia as perguntas preparadas e estão muito preocupados com dois temas que aqui já foram tratados, que é a dívida e o preço da água. Fiquem descansados que o PSD vai criticar muito o fato de a dívida ser muito elevada e do preço da água pago em Vila Nova da Barquinha ser das mais elevadas do país também. Se estão tão preocupados com os sete por cento que a EPAL agora cobrou, eu pergunto, e quando os senhores ao fim do ano aumentam a água não estão preocupados? E pergunto também á cinco anos qual era o preço da água e qual é o preço da água hoje em Vila Nova da Barquinha, façam a média dos aumentos por ano se não são superiores a sete por cento.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “É apenas um pedido de esclarecimento que acabei por não perceber. A água dos fontenários é ou não, nomeadamente o que está situado no centro da Moita do Norte, é ou não da EPAL?. É que se colocam uma placa a dizer que a água é controlada, então, temos de dizer que andamos a beber e que não é controlada. É a conclusão a que se chega, se não a placa não tem razão de ser.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Senhor Presidente era só para congratular o Senhor Deputado Paulo Tavares por ter dito que a bancada do Partido Socialista vinha preparada para esta Assembleia, gosto muito, pena é que algumas vezes o Senhor Paulo Tavares não venha preparado para esta Assembleia.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – “Em relação ao assunto que nós abordamos neste ponto. A CDU apoia as medidas e iniciativas que venham a ser tomadas pelo executivo municipal no sentido de apurar os trâmites em que foi decretado este aumento. Tem o nosso apoio e solidariedade para apurar isto especialmente o efeito retroativo da medida.” ---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: -----

= **Dívida** - “Relativamente ao Senhor Paulo Tavares duas coisas; que utilizem muito a questão da dívida mas que pelo menos se aproximem do valor real da dívida. Parece que há sítios onde a Câmara deve quinze milhões mas desde que digam que a Câmara deve seis virgula um milhões de euros garanto-vos que ninguém leva a mal e se referirem que é um valor inferior a que devíamos em dois mil e cinco, que o façam e que o repitam. -----

= **Aumento da água** – Aquilo que tenho a certeza absoluta, não tendo aqui neste momento os elementos é de que o aumento que fizemos ao longo dos últimos cinco anos é muito inferior ao aumento a que a Câmara foi sujeita enquanto entidade adquirente da água. Disso pode ter a absoluta certeza. -----

= **Fontenários** – É uma recomendação da ERSAR ao Municípios tratando-se de postos públicos sujeitos a contaminação não podendo eles fazer parte do plano de controlo da qualidade da água, o Município deve informar de que não estão a ser sujeitos a controlo de qualidade. Todos sabem que há uma grande diferença entre uma torneira que está num espaço público e uma que está em casa, pois muitas vezes encontram-se em espaços com poucas condições higiénicas.” -----

= **O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra e referiu:** “Em relação ao tempo de demora do PDM informou que na Alemanha uma alteração ao PDM demora cerca de 20 anos a ser feito, segundo a informação que me deram. -----

Dada a palavra ao Senhor Eduardo de Oliveira referiu: “Julgava que me ia dizer quanto tempo é que demorava a alteração porque nós temos um PDM, não é fazer um novo.” -----

Ponto Três – Apreciação e votação da proposta de critérios de aplicação dos benefícios fiscais para obras de reabilitação urbana em prédios degradados. -----

-----**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido;** -----

“Trata-se fundamentalmente de uma sistematização de um conjunto de benefícios, uns atribuídos pelo estado, outros suscetíveis de aplicação pelo Município e assim se definem alguns critérios de aplicação. O grosso que aqui

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está não é matéria nova porque alguma decorre da lei geral, outra decorre dos próprios planos que aplicamos para as zonas de salvaguarda e que já tinham definido a estratégia em termos de reabilitação onde veriam a constar os benefícios e assim sendo há uma sistematização e uma definição de critérios de em vez ser feita avulso pelos serviços camarários tentou-se de alguma forma definir também vários patamares distintos de reabilitação e fazer corresponder percentagens diferentes de benefício em função da dimensão da reabilitação que esteja em execução.” -----

Dada a palavra aos Senhores Deputados para intervirem, inscreveram-se os seguintes Deputados: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo** - “consideramos a proposta positiva, especialmente em relação ao IMI, subsiste uma dúvida em relação a um ponto, na primeira página, ponto sete, que refere que pode ser renovada por um período adicional de cinco anos, a isenção. Qual é o critério para a renovação ou não da isenção? Já nos parece mais dúbio a questão do IMT e aqui pode haver alguma utilização das reduções para com fins especulativos e nós gostaríamos que a atribuição destes critérios fosse reavaliada daqui a algum tempo. Ainda sobre este assunto eu gostaria de saber se o Senhor Presidente teve conhecimento de uma proposta do Governo, da Ministra Assunção Cristas, em relação a um programa Reabilitar para Arrendar, um programa destinado aos Municípios e as sociedades de reabilitação urbana, comparticipação no valor de cinquenta milhões de euros.”

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** - “É só um pedido de esclarecimento e uma sugestão. O pedido de esclarecimento é com que base é que fazemos este pedido de isenção, isto é, o que é que temos de apresentar para obter esta isenção e a quem a apresentação e qual a necessidade disto ser divulgado, porque eu conheço algumas pessoas desta terra que tem feito algumas melhorias nos seus fogos e se calhar não estão tão despertos para isto. Esta medida tem de ser divulgada porque se não, não produz efeitos e é mais para “inglês” ver.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** - “Eu também quero afirmar que aprecio esta proposta, concordo com a mesma. Permite-me só solicitar se em relação à habitação social, aos programas que têm existido, o que é que efectivamente tem acontecido no concelho respeitante a isto.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Temos tido alguém a utilizar estes programas? Que apoios tem dado a Câmara a essas pessoas? É tudo.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os senhores deputados do seguinte: -----

“Em relação ao programa recentemente anunciado, não parece ser um programa muito atrativo porque não tem nenhuma componente a fundo perdido, trata-se apenas de um empréstimo. O empréstimo tem de fato boas condições porque tem um tempo de carência significativo e julgo que pode chegar aos trinta anos em termos do seu pagamento. No entanto, não tendo nenhuma componente a fundo perdido e limitando a cinquenta por cento o investimento, no contexto atual não é muito atrativo, sendo que, nós estamos empenhados num processo intermunicipal que está neste momento a decorrer que é o estudo referente à possível criação de um fundo de investimento imobiliário para a reabilitação urbana. Este trabalho está a ser feito no âmbito do JESSICA que é um programa que tudo indica e segundo os documentos que a própria comissão europeia tem produzido sobre este assunto em relação ao próximo QREN, o novo quadro de programação, catorze vinte, que será reforçado. Alguns dos defeitos que este programa Jessica têm, nomeadamente não permitir a habitação, ser apenas para serviços, comércio, turismo, etc... muito possivelmente vão ser alterados. O que está a ser feito no âmbito da Comunidade Intermunicipal é um estudo da viabilidade da constituição desse fundo teria grandes vantagens, entre elas a possibilidade dos Municípios transformarem património, que como sabem a Câmara municipal tem aumentado muito significativamente o seu património, mas isso não tem qualquer relevo do ponto de vista da sua capacidade de endividamento. Se eventualmente vier a ser criado um fundo de investimento imobiliário em que os Municípios entraram sempre em espécie e ao qual o fundo comunitário entrará com capital e será alavancado com capital da própria Caixa Geral de Depósitos que é o parceiro para a região onde estamos. Isto, é possível e segundo as últimas reuniões com a Caixa Geral de Depósitos, uma alavancagem que poderá ir até cerca de setenta por cento. Isto é, se o património corresponder a três unidades o Jessica e a Caixa Geral de Depósitos acrescentariam em liquidez, sete o que daria uma capacidade de execução bastante significativa. O Município de Vila Nova da Barquinha foi o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município proponente deste estudo e julgamos que é aquele que melhor pode corresponder para a estratégia futura em termos de reabilitação urbana, dado que não obriga ao endividamento dos Municípios e traria a grande vantagem, é que o património que eventualmente colocaríamos nesse fundo e transformaríamos património em participação financeira, ficávamos com unidades de participação desse fundo, do qual passamos a ter uma participação que por sua vez tem relevo do ponto de vista do cálculo do endividamento líquido. A constituição de um fundo de investimento imobiliário é um processo muito complexo, que envolve um conjunto de regras de avaliações certificadas pela CMVM e envolve todo um procedimento com alguma complexidade, mas neste momento, esse estudo está a ser feito. Concordo em absoluto que há um desconhecimento dos mecanismos de incentivos fiscais que já existem no âmbito da reabilitação urbana, há alguns economistas se têm admirado como é que nesta voragem onde todos os benefícios têm caído, existam benefícios. Em relação ao IVA ser de vinte e três por cento em vez de seis por cento é um incentivo muito significativo que só quem tem uma informação fiscal, que normalmente são os promotores que estão mais aconselhados, é que têm esta informação. Nós sabemos pois é requerida ao Município uma certidão em como aquele imóvel está ou não está dentro de uma área de reabilitação urbana justamente para depois o procedimento ser conduzido e finalizado na respetiva repartição de finanças.--- Relativamente à habitação social não tem havido uma utilização, essa utilização tem sido episódica apesar de termos uma técnica que conhece bem esses mecanismos e que informa os eventuais interessados mas de fato não tem sido muito significativa, a maior parte dos apoios que temos concedido tem sido no âmbito do financiamento de contratos de arrendamento, ainda no âmbito do acordo que tínhamos com IRHU e foram utilizados por diversas vezes. Relativamente aos restantes a utilização é baixa.” -----

Tendo sido colocada à votação a apreciação e votação da proposta de critérios de aplicação dos benefícios fiscais para obras de reabilitação urbana em prédios degradados, este foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Rita Inácio, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Adriano Cordeiro, José Coelho, António Constantino,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro do PS, Anabela Quintanilha, Paulo Tavares, Eduardo de Oliveira e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e Carlos Timóteo e Maria José Brito da CDU, aprovar a referida proposta. -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Quatro – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2012. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; -----

“Vou de forma resumida, até porque julgo que esta conta de gerência certamente que merecerá uma apreciação mais ou menos consensual considerando todo o contexto. No dia dezassete de Abril fez um ano que inauguramos a Escola de Ciência Viva, projeto único em Portugal, teve um envolvimento de mais de cinco anos de uma Universidade Pública, tem sido uma escola que tem sido visitada por escolas superiores de educação onde neste momento temos a possibilidade de ter projetos com a Fundação Calouste Gulbenkian. Foi de fato um grande investimento também na sua componente não formal de educação, o Centro Integrado de Educação e Ciências. Foi o ano que na mesma data se inaugurou a nova Escola Secundária, que deu um salto qualitativo bastante importante. Nesse ano também houve a inauguração de um parque de esculturas contemporânea, que é uma referência em termos de arte pública e que tem todo um potencial para continuar a ser explorado nos próximos anos, no âmbito do projeto Mercado das Artes, projeto mais vasto, onde inauguramos o Edifício Antigo da Câmara Municipal, colocou-se a rede Wireless, enfim, onde se fez todo um conjunto de investimentos estratégicos para o concelho, foi o ano em que terminou também a intervenção que deu uma visão completamente diferente do acesso à própria sede de concelho, refiro-me a transformação em arruamento da EN3. Ou seja, foi um ano que se concluíram investimentos muitos significativos de grande qualidade reconhecidos quer dentro quer fora do concelho, aos mais diversos níveis e em que simultaneamente tivemos um resultado líquido de exercício positivo de setecentos e sessenta e dois mil euros, em que passamos de uma dívida a terceiros de onze vírgula oito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões para seis vírgula oito milhões, a dívida num ano desceu cinco vírgula sete milhões de euros. A dívida de curto prazo desceu de seis vírgula nove para um vírgula seis que corresponde a setenta e seis por cento em que a médio longo prazo passou quatro vírgula oito para quatro vírgula quatro milhões e onde o endividamento líquido que era algo onde estávamos em incumprimento, que sempre disse que era um incumprimento momentâneo motivado por um conjunto de fatores e que a trinta e um de Dezembro de dois mil e onze tinha um excesso de três vírgula seis milhões de euros e temos neste momento uma margem positiva em termos de endividamento líquido quinhentos e sessenta e dois mil euros e foi um ano em que tudo isto foi feito, quer em termos de investimentos quer em termos de recuperação financeira e em que também pela primeira vez não há qualquer reserva em termos do Revisor Oficial de Contas. Num contexto destes, eu julgo que estas contas não têm grande discussão são mais ou menos consensuais e portanto não vou perder muito mais tempo. Gostaria de dar os parabéns aos serviços que produziram o relatório de grande qualidade e do qual gostaria de deixar aqui expresso publicamente na Assembleia Municipal.” -----

Dada a palavra aos senhores Deputados questionaram o Senhor Presidente do seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – “O documento oferece uma série de questões e observações que passo a ler. É habitual a DGAL emitir uma ficha periódica acerca dos resultados contabilísticos da Câmara. Eu gostaria de saber se os membros da Assembleia, no caso da CDU, a ter acesso a esse documento. Manda a boa prática contabilística que as receitas correntes sejam equivalentes à despesas correntes o que não se verifica, as despesas são superiores à receitas correntes. Na página dezasseis pode-se ler «...podemos realçar então que o ano dois mil e doze foi o ano da mudança onde o investimento realizado começou a ter um retorno financeiro...», isto é uma interpretação excessiva. Que se possa ter a receita relativa aos investimentos é uma coisa, que eles tenham retorno financeiro é uma coisa completamente distinta e essa interpretação é excessiva. Na página dezassete encontramos uma imprecisão também, não é verdade o que vem dito nesta página. «...As receitas correntes em dois mil e doze representam no ano quarenta e dois por cento do total da receita arrecadada sendo este o ano em que o peso é mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

significativo...». Isto não é verdade, não corresponde minimamente à verdade, quem olhar para os números na página dezassete verifica que isto não é minimamente verdade. Uma leitura mais geral, que se pode tirar do documento é o seguinte, de dois e mil a dez a dois mil e doze as transferências correntes diminuíram cerca de cento e cinquenta mil euros e se olharmos para aquilo que era a projeção ou previsão do executivo elas baixam cerca de trezentos e oitenta mil euros, é um valor considerável, face aquilo que era previsto. Não é a primeira vez e acho que tem acontecido em todas as contas de gerência que nos verificamos que os valores que estavam considerados, ou projetados a nível de transferências na área da educação, ou seja, a totalidade, acordos, transportes escolares e transferências do Ministério da Educação que deveriam totalizar um milhão trezentos e trinta mil euros, chega apenas aos novecentos e quarenta e oito mil, isto ano após ano. Se somarmos estes dois valores as transferências as correntes que estavam projetadas temos um valor a rondar os oitocentos mil euros, é um valor considerável. A palavra que mais encontramos no documento, é a palavra excelente, ela repete-se várias vezes o que há aqui alguma modestia de quem o executou. A taxa de execução de cinquenta e três por cento é considerada excelente, se fosse oitanta e três por cento estaríamos a fazer doutrina certamente. Concordo com o Senhor Presidente, as contas do Ministério das Finanças são bem diferentes destas. Não podemos considerar excelente em função de algo que nos é apresentado na página cinquenta e cinco, uma vez que estes resultados se destinam a atração de investimento, à criação de emprego; à regeneração urbana, à valorização do património, e de fato, temos muita coisa a fazer nestes campos. Uma coisa são os números e as contas e se virmos não há investimento e nós debatemos seriamente com esse problema, é óbvio que transcende a a ação do executivo mas, está aqui o representante do Centro de Negócios e eu acho que será importante também ele dar uma palavra em relação a isto. Criação de emprego, infelizmente e o Senhor Presidente aí não se pode acusá-lo de querer acoltar seja o que for, sei que está em cima dos números e os relata aqui e eu lembro do número do ano passado que informou num espaço de três meses de subida de taxa de desemprego e de fato era preocupante para não dizer assustadora. Regeneração urbana, estamos agora aqui a dar um passo, algumas coisas foram feitas mas ainda há muito por fazer. Construiu-se muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à volta, em altura mas reabilitou-se pouco. Em relação à valorização do património é óbvio que estamos a falar do parque de esculturas, se houve um investimento em todos os níveis do Município na arte contemporânea não houve um investimento ao nível da valorização do património, isso não vale a pena falar, porque a musealização do castelo é algo que se fala correntemente e ainda está tudo parado e não há uma palavra do Senhor Presidente a algum tempo em relação a isto, tal como com os percursos ribeirinhos, parece que a arte contemporânea veio retirar as energias, o esforço e a concentração de outras áreas. Página oitenta e oito, o valor percentual apresentado não corresponde à verdade, não são duzentos por cento, a diminuição da dívida de curto prazo mas sim quatrocentos e vinte e dois por cento e eu refiro isto, paenas, para criticar novamente o documento que é apresentado pelo Auditor Externo, é um documento impagável, foi a palavra que utilizei no ano passado e reiteiro este ano. O Senhor Presidente até pode dizer, vocês vão à internet e encontra documentos idênticos, pois é certo, tudo bem, mas isso não justifica que o documento seja pobre e não cumpra aquilo que é requerido pelo Auditor Externo. Se eu disser as pessoas que este documento custou dez milhões de euros, ao que conste, ou pelo menos foi o número que o Senhor Presidente da Câmara informou. Não deveriam passar estas falhas percentuais, elas encontram-se por todo o lado, as contas até podem estar bem, assim como o balanço mas há falhas, imprecisões e cabia-lhes aos Revisores detetar isso. Tivemos aqui trabalhos mais completos, notava-se que havia estudo mas este não.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Ricardo Honório** – “Eu, com medo que o Senhor Presidente tenha fugido à questão, volto a perguntar qual é o valor atual da dívida do Município. E qual o aumento de património que o Município tem tido nestes últimos anos.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “O Senhor Presidente elogiou estas prestações de contas e vem reforçar aquilo que nós durante anos e anos andamos a frisar nestas assembleias que as prestações de contas estavam mal produzidas. Efetivamente este é o melhor relatório de prestações de contas produzido nesta legislatura e anos anteriores legislaturas, pois sou do tempo que apareciam uns papeis mal produzidos, com o cartão do idoso de um lado, e o resto do outro, uma salganhada que ninguém conseguia perceber

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nada. Quem produziu este documento está de parabéns, não quer dizer que possamos concordar com o conteúdo e com algumas irregularidades que aqui estão mencionadas. O Senhor Presidente vem dar-nos razão que os outros relatórios estavam mal conseguidos, não quer dizer que este esteja excelente, está bom. Agora, o senhor vem dar-me razão os outros documentos não prestavam. -----

Qual o valor das transferências da Câmara Municipal para o Centro de Negócios? -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** - “De economia não percebo nada, de finanças também não, só sei aquilo que o meu amigo Gaspar me vai buscar ao bolso e todos nós. Mas uma coisa é certa, vamos nos situar no tempo, dois mil e doze. Está tudo explicado pelo ano em que vivemos, se no ano em que vivemos tivemos um resultado que tivemos, meus senhores, o relatório até pode estar uma porcaria Senhor Paulo Tavares mas você diz que é o melhor que temos, mas a verdade é que com um resultado destes, não me interessa o resto do relatório. Concordo inteiramente consigo, o ROC é muito insipiente, aquilo que lá está escrito eu também escreveria. Oh Timóteo se não for o noivo a gabar a noiva quem é que gaba? Até a oposição diz que é o melhor, que está bom, que está excelente, o que é que eu hei-de dizer. Nada melhor que as primeiras palavras do Senhor Presidente para defender este relatório e a sua execução e a vida do Município no ano de dois mil e doze que depois veio o Timóteo pôr algumas dúvidas para depois o nosso companheiro de oposição, Paulo Tavares, dizer que não é o melhor. Está tudo dito, politicamente. É verdade que este ano de dois mil e doze o Senhor Presidente sempre disse que não ia haver investimento, é verdade que aquilo que disse que tinha feito antes tinha de ser pago em dois mil e doze. Também é natural que ele disse que no final do ano, ou em meados do ano passado que ia haver uma redução da dívida, que não eram aqueles valores que estavam a decorrer no ano de dois mil e doze. Dois mil e doze diz-nos tudo em termos de ano, depois dos investimentos que tivemos.”-----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro** - “Eu perante estes elogios todos que a nossa estimada oposição está a fazer ao Senhor Presidente da Câmara, ele hoje quando sair desta assembleia vai crescer cinco centímetros. De fato, não estava habituado a isso, mas, eu gostaria de fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma análise a duas ou três questões que me parecem essenciais. Também registo o fato dos nossos colegas do PSD terem reconhecido que os deputados do PS fazem trabalho de casa, porque não necessitam de receber SMS na assembleia para fazerem perguntas ao executivo, isso é verdade. Há uma questão que eu queria pedir ao Senhor Presidente da Câmara, para não repetir por favor o valor da dívida de seis vírgula um milhões de euros, é que corremos o risco de alguns dos nossos ilustres deputados e público assistente, começar a somar esses valores e em vez de ser quinze milhões já vai em quarenta milhões. Eu na última assembleia fiz questão de falar muito pouco, preferi interiorizar a mensagem do meu ilustre, colega e amigo deputado do PSD, Paulo Tavares, quando falou na última assembleia em falência técnica da Câmara. Sim, foram estas as palavras do Senhor Deputado Paulo Tavares, com toda a convicção afirmou, a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha está em falência técnica, estes fulanos deram cabo da Câmara derreteram o dinheiro do nosso povo. Eu queria pedir ao Senhor Presidente da Câmara que não fala-se do valor da dívida mas confirma-se estes dados que vou referir, da análise que fiz dos documentos, se estão corretos ou não, é que pelo aquilo que vejo nos documentos só em valor de património nós temos um valor significativo que cobre o valor da dívida. Estamos a falar de qualquer coisa como quase dezoito milhões de euros. Feito numa linguagem simples para toda os presentes perceberem temos aqui um activo da Câmara de dezoito milhões de euros e temos dívidas de seis milhões euros e eu já não falo do dinheiro que a Câmara tinha a data de trinta e um de Dezembro e outras contas que estão aí por acertar. Portanto, expliquem-me, nomeadamente o Senhor Deputado Paulo Tavares, onde é que está aqui a falência técnica da Câmara da Barquinha. Uma outra questão que já foi aqui relevada é felicitar o Senhor Presidente da Câmara e executivo porque de fato assumiram um compromisso no ano anterior e cumpriram. Se nós olharmos para os números estavam aqui valores de dívida perto de onze milhões de euros e está em seis vírgula um milhões de euros, ou seja, aquele compromisso que o Senhor Presidente da Câmara fez nesta Assembleia Municipal foi cumprido e ainda não chegamos ao final do mandato e tenho a plena convicção que ainda vai ser mais reduzido e os números o confirmarão. Tantas observações foram feitas, assim como tantas análises sobre a gestão que a Câmara Municipal de Vila



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nova da Barquinha fazia e faz e as que apresenta estes números. Tomaria o País estar na situação a que está a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, em dois mil e doze apresenta um resultado líquido idêntico que apresenta em dois mil e onze de setecentos mil euros, pode-se pedir mais ao executivo depois deste esforço todo. O executivo diz que não há mais dinheiro para investimento, temos é que pagar a dívida, reduz a dívida, apresenta os números, querem melhor que isto? Façam justiça e reconheçam que de fato foi feito um extraordinário trabalho e tenho de elogiar esta situação porque de fato os senhores cumpriram. Portanto, parabéns.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – “Senhor Presidente é em defesa da honra, tenho trinta segundos é que normalmente quando peço a palavra o Senhor Presidente diz-me sempre que não e eu tenho de dizer que é em defesa da honra. Apenas prestar alguns esclarecimentos. Em relação ao Senhor Deputado Inocêncio informo que eu disse que o relatório está bem produzido em termos de conceção não quer dizer que concorde com o conteúdo. Eu sei que o Senhor também é político, também gosta de tornar a questão, é que uma mentira dita muitas vezes passa a ser verdade. Hoje já se falou aqui dos seis milhões dezassete vezes. Meus Senhores, eu já vos prometi, a dívida vai ser focalizada pelo PSD porque a dívida de Vila Nova da Barquinha é enorme. Em relação à falência técnica, Senhor Presidente estamos em falência e sabe porque é que estamos em falência porque aquilo que se fazia no ano passado e à três anos atrás não se faz hoje. O apoio social que prestava na sua freguesia à três anos atrás é o mesmo que presta hoje?” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Senhor Paulo Tavares os ameaçados também comem pão e essa coisa de estar a ameaçar que vai falar sobre a dívida e dos números, acho que sim. O Senhor ainda a pouco disse uma coisa muito importante, a bancada do PS veio preparada para esta assembleia e o Senhor não veio e até dúvida que tenha lido este documento, que aqui está produzido, não leu estes e nem deve ter lido os outros porque os gráficos que aqui constam era era o Senhor Emanuel assessor do Senhor Presidente da Câmara e já apresentava relatórios destes e até com um ROC extremamente agressivo nessa altura. Eu sei que vocês não conseguem engolir isto politicamente e até admito que o Timóteo diga que há aqui expressões que até não ficam bem a quem fez o relatório estar-se a auto elogiar. Isso até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

admito, agora o que vocês não conseguem escamotear como é que se reduz de onze para seis e até estou muito admirado, Senhor Oliveira, você hoje pregou-me uma partida que eu estava a espera que o Senhor intervisse hoje. Não diga quem cala consente porque se não nada melhor para o Senhor Presidente da Câmara ir amanhã aos jornais, revistas e televisão dizer que fez um efeito miracoloso na sua Câmara Municipal. Com todo o respeito pela bancada do PSD mas se há pessoa que lê, que estudam os dossiers é o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira e aí nós termos de lhe fazer essa justiça.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “Só faltou que a bancada do PS nos dissesse como foi possível esta redução da dívida. Provavelmente porque não estudaram a lição completamente e eu resguardo-me porque eu vou votar contra este documento apresentando uma declaração de voto que de acordo com o regimento quero ler após a votação.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

“Eu fui tão sucinto na apresentação para que me sobrasse algum tempo, só tenho pena que alguns dos argumentos não sejam aduzidos durante o período de discussão. É lamentável que depois possa fazer aqui afirmações que não sejam sujeitas ao contraditório, ao esclarecimento, que se deixe desta forma de numa assembleia se fazer política. Nós devemos apresentar os argumentos e depois sujeitá-los ao contraditório, que é aquilo que todos ou na generalidade das pessoas aqui o fazem. Já percebemos por assembleias anteriores que essa não é a conduta de todos. Eu acho que algumas condutas devem ser e acabam por ser valorizadas, há aqui forças políticas que tem um trajeto que conseguiram ser maioria absoluta neste Município até à fase atual onde nem sequer tem representação na Câmara Municipal. Eu se fosse responsável dessas forças políticas eu perguntar-me-ia porque é que isto terá acontecido e se calhar é por causa de algumas condutas que nós estamos agora a verificar em que há argumentos no âmbito de uma discussão política numa assembleia que não sujeitas ao contraditório. Porque é que no atual contexto das contas de dois mil e doze. As contas utilizam a regra do equilíbrio se lhe juntarmos o saldo transitado. Com a soma do saldo transitado nós verificaremos que passamos a ter esse equilíbrio e é por causa disso que o saldo transitado não é qualificado do ponto de vista corrente ou de investimento. No ano em que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município desce cerca de quarenta e oito por cento da sua dívida, utilizou o saldo transitado justamente para a recuperação dessa dívida. Penso que há boas razões para que a palavra excelente apareça muitas vezes, porque nós não vamos ter oportunidade de repetir um relatório com os valores e com o nível de investimento que houve. Quero recordar que dois mil e doze representou a maior execução orçamental de sempre neste Município. Nós ultrapassamos os doze milhões de euros, é a maior execução orçamental de sempre, conjugada com os investimentos estruturantes que vos referi no início e conjugada também com a descida da dívida. Eu não percebo aquilo que foi dito pelo Deputado Paulo Tavares, que uma mentira dita muitas vezes se torna verdade. De fato a dívida é de seis vírgula um milhões de euros agora não multipliquem é por vinte, mas de fato é essa a dívida e quero dizer que neste momento ainda somos credores de algumas comparticipações que correspondem a despesas que já estão efetivamente pagas, isto para vos dizer que há uma gestão rigorosa. O Deputado Paulo Tavares está hoje com uma prestação política invulgar e eu julgo que ela será tendo em conta a comissão política, decerto isso será tido em conta e não passará despercebido. Relativamente às transferências do Ministério de Educação referidas pelo Deputado Timóteo, informo que em despesas de pessoal por fatores do próprio orçamento de estado tivemos uma descida de trezentos mil euros mas recebemos do Ministério da Educação oitocentos e setenta e seis mil euros que corresponde a trinta e três por cento, isto é, a despesa de pessoal excluindo o contrato de execução com o Ministério de Educação, é neste momento cerca de um vírgula sete milhões de euros. Estes valores em termos de rácio com despesa de pessoal são sempre valores positivos, se lhes retirarmos os oitocentos e setenta e seis mil euros são valores excessionais mesmo no quadro nacional em termos de despesas correntes gastos com pessoal. O investimento ninguém lamenta mais do que nós próprios, o desinvestimento privado que tem acontecido nos últimos anos e que nós somos completamente impotentes também para inverter em termos do próprio concelho, nós neste momento temos uma dezenas de milhares de metros quadrados devidamente infraestruturados que não tem qualquer onus, cujo investimento está feito e que quando o investimento se retomar serão receita do Município sem qualquer afetação. Seria bom que pudesse haver alguma concertação daquilo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que são as nossas prioridades, falou muito bem do Castelo de Almourol, ninguém mais do que nós queria que esse investimento tivesse feito, infelizmente até do Ministério das Finanças, falta-nos uma declaração para que uma candidatura comunitária pudesse vir a ter sucesso e eu relembro que já tivemos por duas vezes, e se lerem as informações escritas da Assembleia Municipal, já tivemos adjudicado quer a consolidação do plano das muralhas do Castelo de Almourol, que é uma urgência, quer a intervenção na própria torre de menagem, que são duas empreitadas que devem anteceder e têm de anteceder qualquer musealização, não vamos fazer uma musealização com as muralhas no estado em que estão sem o tratamento de pluviais e de infraestruturas que são fundamentais. Nós estamos a propor pagar uma componente nacional, de um monumento nacional, do qual não temos responsabilidade e ainda não conseguimos apesar do acordo que temos o Ministério da Defesa, o Exército, título para fazer esta intervenção e isso sim é prioritário. Se me dizer que num contexto que nós temos dezenas de milhares de metros infraestruturados em termos de apoio ao investimento que num concelho tão pequenino como o nosso, de cinquenta km², eu acho surrealista, mas seria bom que todas as forças políticas pudesse consensualizar. Então num contexto destes será que é isso prioritário? Quando temos um parque empresarial com as características, com as infraestruturas excelente como temos, localizado junto às principais vias, portanto, num contexto normal de investimento estaria neste momento a funcionar em pleno. As empresas que estão neste momento falidas sediadas no centro negócios não foi por uma má gestão mas sim por arrasto de um contexto económico único em que muitas empresas são levadas a isso por perderem sucessivos créditos em falência de outrem. Sobre a certificação legal de contas aquilo que sei sobre o assunto é que este é um documento tipo, este não é um documento sujeito a quaisquer inovações literárias, tem regras ditadas pela própria ordem e que daqui não se pode sair, quando é este o texto e ao qual tem de se acrescentar eventuais reservas, nós já tivemos reservas, felizmente este ano não tivemos qualquer reserva porque os assuntos que tinham sido objecto de reserva foram pelos serviços completamente resolvidas. Sobre a questão da falência técnica eu apenas apelava e vamos entrar num período de maior contraditório, típico em democracia mas que se tente não ir pela demagogia ou por inverdades. Falar-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se de falência técnica num contexto destas contas deve merecer a reflexão. Há muitas coisas por fazer e numa dialéctica política haverá sempre pontos que se podem apontar, mas apelava que não fossemos por essa lógica de que uma mentira dita muitas vezes se tornará verdade. Dizer também, é excelente, a maior execução do Município em termos absolutos e em termos relativos, quando comparado com as percentagens daquilo que era a respectiva previsão. Os valores em termos absolutos inferiores à conta de gerência que aprovamos em dois mil e cinco.” -----

Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Eu não queria intervir mas após as afirmações feitas pelo Senhor Presidente da Câmara apraz-me dizer. Infelizmente nesta assembleia já fui impedido de falar. O contraditório é aquilo que nunca me é permitido após o Senhor Presidente da Câmara falar, o Senhor Presidente da Câmara poder fazer sempre utilizando o jornal Novo Almourol e outros que existam, é sempre por ele, é sempre ele que termina, é sempre ele que tem muito mais tempo, eu se falo dois minutos o Senhor Presidente fala dez. Portanto quero aqui demonstrar o meu desagrado por essas palavras, de resto quero dizer se na minha declaração de voto estiver aqui uma inverdade permita-me pedir desculpa ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares** – “Em relação ao Senhor Presidente da Câmara apraz-me dizer o seguinte, esta assembleia começou por falar alguém muito preocupado com os números da dívida, até traziam uma pergunta já pré destinada, dita pelo Senhor Chambel, de qual era o valor da dívida. Decididamente há uma grande preocupação sobre o que saiu na comunicação social. Nos estamos aqui para fazer política e cada um “puxa a brasa à sua sardinha”. Eu estou aqui de espírito aberto e faço disto um prazer e informo já que não vou ser candidato a nada portanto eu não estou aqui a produzir trabalho para ser candidato a alguma coisa. Aqui nesta assembleia hoje já me tentaram vender que a água que vem de um cano para uma torneira que é imprópria para beber mas a que vai para a habitação de uma pessoas já é boa para beber. Isto foi aqui tentado passar pelos olhos. Portanto, onde é que está a falta da verdade. A água do chafariz da Moita do Norte não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presta para beber, a três metros o mesmo cano que fornece uma habitação já é boa. Continuo a dizer a dívida da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha é extremamente elevada .”-----

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – “Em relação à receita corrente e à despesa corrente o ideal era que o saldo de gerência transitasse para receita de capital. Em relação ao acordos no âmbito do Ministério da Educação, se a delegação de competências poderá ser favorável ao Município já em relação aos transportes e aos outros acordos ela é extremamente desfavorável. Os transportes se repararmos é o mesmo que o Ministério de Educação dizer, eu vou-vos pagar os transportes até ao final do ano, chega a Fevereiro diz que sai muito caro e é melhor ser a Câmara a assumir, é o que aqui está expresso e toda a gente percebe que os autocarros a circular por aí são survedores de recursos. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro eu gostava de o ouvir mais como representante também do Centro de Negócios e o que tinha feito mais nesse âmbito de captação de investimento e de inversão deste ciclo negro que estamos a viver e não na faceta politicamente irrigada em que pude assistir. Por último, Senhor presidente já que fez um apelo à ética política eu também lhe digo e faço-lhe um apelo que não faça nos seus boletins municipais uma excelente gestão, excelente resultado, excelente investimento, futuro excelente, número que o Senhor Presidente se esquivou de dizer que iam ser editados. Nós temos assistido a exemplos e nós enquanto autarcas temos de refletir um bocadinho sobre estas coisas, se nós vimos os políticos do norte da Europa, também era boas práticas nós mudarmos algumas coisas em relação a isso e digo Senhor Presidente num país daqueles era impossível dois ou três meses antes surgir um boletim municipal pago pelos contribuintes a fazer a propaganda política, do executivo municipal. Faça-lhe um apelo se querem fazer uma prestação de contas façam-na no âmbito da vossa organização política e não utilizem os meios do Município para o fazerem.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – “Em nome dos eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal faço um viamento protesto por esta estratégia do partido social democrata em que, se nós fizermos uma análise séria nesta assembleia municipal verificamos que não houve nenhum comentário concreto, objectivo, uma análise técnica rigorosa sobre esta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prestação de contas. Remetem para uma declaração de voto em que nem sequer a lugar ao contraditório e isto fura todas as mais básicas regras elementares da democracia. Isto faz lembrar uma celebre frase que ouvi de um membro ligado à associação 25 de Abril que punha em causa a legitimidade e o cariz democrático deste governo do PSD, aliás eu quero até parecer que estamos aqui nesta Assembleia Municipal com alguns “tiques” do governo que chegou aqui, furar tudo o que são as regras democráticas, fugir ao debate, à troca de ideias. Quando nós não conseguimos enfrentar o direito ao contraditório, discutir as ideias e as situações, quando não nos agrada, muito mal vai uma democracia, ela está doente e precisa de um forte tratamento. Por último dizer ao meu colega Timóteo o seguinte, é que convém lembrar que estou aqui porque pediram para estar aqui, porque eu por vontade própria não queria estar aqui para ter mais liberdade de opinião acerca do Centro de Negócios, mas que o Senhor Deputado tanto gostaria de ouvir a minha opinião ela aqui vai de uma forma muito sucinta porque eu não a dei ainda. Sabe que quando nós temos um doente, vamos ao médico e temos de detectar a doença do paciente e dar-lhe a cura adequada, o problema é que quando estamos a dar a cura e a seguir trocamos de médico e o este o que faz é matar o doente. Aquilo que se passa se entrar em grandes detalhes por questões de ética e princípio na minha opinião independentemente das fundamentações jurídicas dizer o seguinte, o Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha, não é nada mais, nada menos do que o espelho de um investimento e do estado lastimável a que as empresas e o crescimento económico chegou neste país. Se me dizer que quando a troca de governo do PS para o PSD as coisas já não estavam muito bem, sou capaz de concordar mas também digo que mesmo na reta final o Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha estava a captar investimento, estava a criar postos de trabalho e estava a fazer investimento, vá ver as atas, os relatórios de gestão e comprova isso mesmo.” -

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz - “Eu, Inocêncio Cruz me demarco das primeiras palavras do Nuno Gameiro, não em nome da bancada do partido socialista porque eu estou num estado de direito, num estado de liberdade e concede aos membros da Assembleia manifestarem pelos modos legais aquilo que acham que devem fazer, portanto se o Senhor Oliveira entende que deve apresentar uma declaração de voto depois de votar contra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está no seu direito, pode ser censurável, mas é o seu direito e aí desmarco-me do Nuno Gameiro e da bancada do Partido Socialista..” -----

Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

“Ninguém aqui afirmou que a água em qualquer fontanário é imprópria, o que se afirmou é que a água não é controlada, são situações distintas e do qual temos o dever de informar. -----

Relativamente ao imobilizado, dos dezoito milhões que foi referido pelo Deputado Nuno em que o ativo líquido como podem ver no balanço cresceu três milhões de euros durante o ano de dois mil e doze. E em relação ao CDN também me esqueci de referir que as transferências do Município foram de trinta mil euros sendo que as prestações de serviço do CDN foram superiores à transferência feita pelo Município. -----

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Timóteo, devemos distinguir aquilo que são situações voluntárias relativamente a nossa relação com o Ministério da Educação e o contrato de execução relativamente ao pessoal não docente foi uma decisão consciente e voluntária da nossa parte e do qual não estamos nada arrependidos. É evidente que é pouco o que recebe em relação aos transportes, foram feitas promessas no âmbito dos centros escolares que não foram cumpridas pelo Governo, embora na vertente das AEC’S o valor extremamente baixo que está em dois mil e doze deveu-se a um acerto de contas dado que em dois mil e onze nós tínhamos recebido um valor em excesso, portanto em relação às AEC’S há um acerto de contas e daí o valor estar mais baixo. Esperamos que não seja verdade pois seria um retrocesso imenso e considerando também aquilo que é feito em muitos Municípios do qual o nosso se pode incluir no trabalho de concertação relativamente as atividades de enriquecimento curricular, espero bem que não seja verdade que o Ministério deixe cair o que obriga a comparticipação por parte dos pais. No caso específico da prestação de contas a essa explicação de um valor em excesso recebido em dois mil e onze.” -----

Senhor Eduardo as regras são estas, é evidente que se fosse a bancada do PSD que estivesse a liderar o Município quem aqui estivesse é evidente que tinha a última palavra como também noutros tipos de fórum as discussões terminam com quem termina, são as regras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Só aproveitar para dizer a todos que amanhã as nove horas haverá o hastear da bandeira do 25 de Abril para o qual estão convidados.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia. -----

Dado que se levantou a questão das declarações de voto, eu passo a ler o artigo cinquenta e seis do nosso regimento. «cada grupo político tem direito a expressar declarações de voto orais, por período não superior a três minutos. Os deputados municipais podem, a título individual, apresentar declarações de voto por escrito. Os presidentes das Juntas de Freguesia têm, nessa qualidade, o direito de formular declarações de voto orais, relativamente aos assuntos em que estejam envolvidas ou especificamente se refiram às freguesias que representam, por um período não superior a três minutos.» -----

Tendo sido colocada à votação a Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2012, estes foram aprovados por maioria com 2 abstenções dos Senhores Deputados carlos Timóteo e Maria José Brito, da CDU, 4 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares, Anabela Quintanilha e Valter Caldeira do PPD/PSD.CDS-PP e 14 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Ana Rita Inácio, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Inocêncio Cruz, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, José Coelho, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro do PS, aprovar a referida abertura. -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

O Senhor Deputado Eduardo de Oliveira apresentou uma Declaração de voto relativamente à votação dos documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2012. (vide anexo 10) -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

- Anexo n°1 Lista de Expediente.
- Anexo n°2 Declaração Política apresentada pelo Senhor Deputado Ricardo Honório sobre o 25 de Abril.
- Anexo n°3 Declaração Política apresentado pela Senhora Deputada Maria José Brito sobre o 25 de Abril.
- Anexo n°4 Declaração Política apresentado pela Senhora Deputada Anabela Quintanilha sobre o 25 de Abril.
- Anexo n°5 Declaração para o projecto - refuncionalização da EB1 em salas de exposições – Candidatura PRODER.
- Anexo n°6 Proposta apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Gameiro – Funcionamento da Televisão Digital Terrestre.
- Anexo n°7 Intervenção do Municípe Carlos Dias sobre o 25 de Abril e outros assuntos.
- Anexo n°8 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.
- Anexo n°9 Informação acerca da tomada de posição sobre o aumento da água pela empresa Águas do Centro.
- Anexo n°10 Declaração de Voto apresentada pelo Senhor Deputado Eduardo de Oliveira sobre os Documentos de Prestação de Contas referentes a 2012.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL